

---

# A CONVERGÊNCIA ENTRE JORNALISMO POLÍTICO E HUMOR: ANÁLISE DE CASO DOS DIÁRIOS *Folha de S. Paulo e Bom Dia (Marília)*

Thiago Cury Luiz\*

---

## Índice

Introdução . . . . .	1
1 O humor no jornalismo político da <i>Folha</i> e do <i>Bom Dia (Marília)</i> . . . . .	2
1.1 29 de julho de 2012 (Domingo) . . . . .	2
1.2 30 de julho de 2012 (Segunda-feira) . . . . .	6
1.3 31 de julho de 2012 (Terça-feira) . . . . .	8
1.4 01 de agosto de 2012 (Quarta-feira) . . . . .	9
1.5 02 de agosto de 2012 (Quinta-feira) . . . . .	10
1.6 03 de agosto de 2012 (Sexta-feira) . . . . .	12
1.7 04 de agosto de 2012 (Sábado) . . . . .	13
Últimas considerações . . . . .	13
Referências . . . . .	14

## Introdução

**P**OR permear a vida dos indivíduos diariamente, a política salta como instância principal do cotidiano. Após o surgimento das cidades, retirando o homem do campo por oferecer melhores condições de trabalho e de sobrevivência, a política ganhou contornos de esfera imprescindível ao convívio dos seus habitantes, seja na discussão entre concidadãos, seja na relação com o mandatário, aquele que ocupa o lugar de representante, pois o povo, mais amplo em número e cultura, não estava mais apto a se autorregular.

Não há definição mais apropriada à política do que a ofertada pelo grego Aristóteles (2007: 56):

Fica evidente, pois, que a Cidade é uma criação da natureza, e que o ho-

---

\*Universidade de Marília/SP

mem, por natureza, é um animal político [isto é, destinado a viver em sociedade], e que o homem que, por sua natureza e não por mero acidente, não tivesse sua existência na cidade, seria um ser vil, superior ou inferior ao homem. Tal indivíduo, segundo Homero, é ‘um ser sem lar, sem família, sem leis’, pois tem sede de guerra e, como não é freado por nada, assemelha-se a uma ave de rapina.

Sobre o indivíduo e a política, Norberto Bobbio registra:

Na hipótese hobbesiana, que está no fundamento da teoria moderna do Estado, a passagem do estado de natureza para o Estado civil – ou da anarquia para aarquia, do estado apolítico para o Estado político – ocorre quando os indivíduos renunciam ao direito de usar cada qual a própria força que os torna iguais no estado de natureza para depositá-lo nas mãos de uma única pessoa ou de um único corpo que de agora em diante será o único autorizado a usar a força no interesse deles (Bobbio, 2000: 164-165).

A partir dessa condição, tal temática ocupa lugar privilegiado na imprensa escrita e eletrônica. Nos jornais impressos, a política é tratada como

de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

assunto principal, já que alocada no primeiro caderno ou nas páginas iniciais. Nos jornais de maior circulação, como é o caso da *Folha de S. Paulo*, o conteúdo que o introduz fica reservado às políticas brasileira e mundial. No caso do *Bom Dia (Marília)*, sem divisão em cadernos, a seção sobre política é a primeira a figurar, tendo visibilidade também na página de opinião do jornal.

Embora o tema seja, na maior parte das vezes, conduzido pelo viés mais formal, com linguagem direta para que não se configure atuação tendenciosa do veículo, não é incomum a existência de abordagem menos tradicional. Essa forma alternativa de tratar de política é mais vista no conteúdo opinativo dos meios de comunicação.

A opinião da empresa, ademais de se manifestar no conjunto da orientação editorial (seleção, destaque, titulação), aparece oficialmente no *editorial*. A opinião do jornalista, entendido como profissional regularmente assalariado e pertencente aos quadros da empresa, apresenta-se sob a forma de *comentário*, *resenha*, *coluna*, *crônica*, *caricatura* e eventualmente *artigo*. (Marques de Melo, 2003: 102)

Por essa perspectiva, o humor pode ser requisito de um desses modos, ofertando instrumentos da comédia para auxiliar a crítica, a opinião sobre as ocorrências relacionadas à política. É evidente que o inverso pode ocorrer: ao invés de informar, o humor pode distrair. Mas, se utilizado de forma a não subjugar a notícia, oferece contribuições ao jornalismo, posto que, assim como este, é igualmente provido de função social. Ou seja, é possível conceder ao riso afinidade com questões relevantes.

O riso deve ser alguma coisa desse tipo, uma espécie de gesto social. Pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer, flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social. O riso, portanto, não é da alçada da estética pura, pois persegue (de modo inconsciente e até imoral em muitos casos particulares) um ob-

jetivo útil de aperfeiçoamento geral. (Bergson, 2007: 15).

Na tentativa de amarrar essas três vertentes, este artigo se apropria de sete dias de publicação de dois veículos da imprensa escrita paulista, cujo fio condutor entre ambos são as semelhanças e/ou disparidades entre materiais produzidos no mesmo Estado, sendo um da capital e outro do interior. Entre os dias 29 de julho e 4 de agosto de 2012, desenvolvemos um estudo de caso dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Bom Dia (Marília)*, tendo como base seus conteúdos opinativos sobre política nacional e local.

A proposta deste estudo é demonstrar de que maneira o recurso da comédia é usado em meio às investidas do jornalismo. Considerando a possibilidade de um se sobrepor ao outro, vislumbramos também a característica que o humor porta, não só de entreter o público, como de oferecer a ele a informação, sem que esta se perca, mas reafirme-se, em meio ao chiste.

## 1 O humor no jornalismo político da *Folha* e do *Bom Dia (Marília)*

### 1.1 29 de julho de 2012 (Domingo)

A semana escolhida para servir de corpus ao estudo foi marcada pelo início do julgamento dos 38 réus acusados pela Procuradoria Geral da União de participarem de um esquema de corrupção, nomeado pelo delator e um dos participantes, Roberto Jefferson, de *mensalão*. Se o *Bom Dia*, por ser um jornal do interior, trouxe pouco sobre o assunto, a *Folha*, tendo circulação nacional, destacou o acontecimento. A ocorrência tornou-se foco da imprensa porque a mesma tem o direito e dever de manter o público informado sobre fatos de grande relevância.

[...] A sociedade espera que os jornalistas exerçam esses direitos com o objetivo de mantê-la informada, e não visando ao proveito pessoal ou empresarial. No fundo, o direito do jornalista à liberdade de imprensa é apenas um reflexo do direito de a sociedade ser bem informada. Essa é questão básica que norteia a relação do jornalista com a sociedade (Martins, 2005: 34).

Tirando o uso do humor, a relação entre imprensa e política é antiga e remonta ao prenú-

cio da Idade Moderna, com o desenvolvimento da prensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg.

Não há poder sem imprensa nem imprensa sem poder. Ambos estão historicamente relacionados. Desde 1440, quando Gutenberg inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada como instrumento da luta pelo poder. A invenção da imprensa, de fato, coincide com a criação das nações e do Estado moderno e com o exercício do poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e persuasão. A partir de então, a imprensa esteve sempre ligada à luta política (Motta, 2002: 13).

Normalmente trabalhando com dois editoriais, a edição do dia 29 de julho, em virtude do fato marcante, registrou uma opinião do jornal, sob o título *À espera do mensalão*, originando um texto maior que o habitual. Sob esse aspecto, é importante salientar que o “editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (Marques de Melo, 2003: 103).

Coincidência ou não, foi o único momento, ao longo da semana, em que o diário registrou inserção de humor em um texto de editorial, comumente marcado pela formalidade na linguagem. Embora efêmero, o trecho quebrou a seriedade que caracteriza o formato em questão. “(...) Está em exame o maior escândalo de corrupção ocorrido no país depois do Collorgate (1992)” (Folha de S. Paulo, nº 30.433, 2012: 02).

Mesmo podendo ser uma iniciativa não intencional, ao fazer a analogia ao ocorrido com o presidente americano Richard Nixon, em 1972, conhecido como “escândalo de Watergate”, que culminou na renúncia do político, quebrou-se o estado de espírito do leitor, implementando uma novidade, um termo não muito usado quando da referência ao *impeachment* de Fernando Collor de Melo. Importante lembrar que a investida de humor só será risível ao leitor que tiver ciência da história norte-americana. Do contrário, o termo “Collorgate” não terá graça, como também ficará sem sentido.

Isso ocorre quando algo vai de encontro à expectativa ou não corresponde ao ponto de vista normal, quando os

oradores distorcem as palavras como piadistas. Ocorre também com os gracejos que modificam a sequência das letras, pois iludem a expectativa. Ou então versos que não são pronunciados da maneira que o ouvinte espera (Aristóteles apud Geier, 2011: 48)

Ainda na página 2, na seção de colunas, mantém-se o de praxe: três textos. Todavia o de Sérgio Dávila, cujo título é *Roberts x Ayres Brito*, aborde um tema político, o do *mensalão*, não há uso de termos ou expressões do humor. Na sequência, Eliane Catanhêde, com o título “*Atrevido e escandaloso*”, apresenta o recurso da comédia em dois momentos: quando cita um pensamento de um dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) – “(...) Mulher, mala e verba pública, cada um tem a sua...” – e ao se referir a um dos acusados, o ex-ministro José Dirceu – “José Dirceu (...) preferiu se preservar do empurra-empurra e correu para o colo da mamãe no interior de Minas, certamente esperando pelo pior” (Catanhêde in Folha de S. Paulo, nº 30.433, 2012: 02). Neste caso, a autora lança mão do humor que ataca, aquele tipo de chiste que não mantém qualquer relação com o alvo da piada, já que acusamos na frase exposta um teor mais agressivo, que ridiculariza alguém.

Diante disso, é importante mencionar que “a sátira é uma zombaria dirigida ao objeto que se repreende ou se reprova e que nos é estranho. Recusamo-nos a ter algo em comum com o objeto dessa reprovação; opomo-nos a ele rudemente e, por conseguinte, desfazemo-lo sem simpatia nem compaixão” (Jolles, 1976: 211).

A seguir, Carlos Heitor Cony, com *Crimes e castigos*, não poupa o irreverente em sua crônica, formato opinativo que caracteriza este jornalista e que permite a quem escreve maior liberdade à fuga da linguagem jornalística, mais direta, pelo fato de tratar-se de texto híbrido, que conta com o auxílio da escrita literária. Nesse sentido, o humor é identificado em: “(...) Mesmo assim, encontrou um justo e, antecipando a indústria naval, deu a Noé as medidas para uma arca salvadora de não sei quantos côvados (Em tempo: para mim de nada serviria, não sei quanto é um côvado)” e “(...) Não havia imprensa investigativa, promotores de Justiça, Polícia Federal, entre o delito e a pena não havia o Gilmar Mendes, tudo corria bem. Pessoalmente, entendia melhor o dilúvio que foi universal do que a destruição de Sodoma e Gomorra – que foi seletiva, inaugurando a homofobia e sem ha-

ver passeata gay em protesto” (Cony in Folha de S. Paulo, nº 30.433, 2012: 02).

Faz-se pertinente a observação de José Marques de Melo (2003: 156) sobre o papel do cronista, o autor que trabalha sobre um texto híbrido, com características do jornalismo e da literatura:

O cronista que sabe atuar como consciência poética da atualidade é aquele que mantém vivo o interesse do seu público e converge a crônica em algo desejado pelos seus leitores. Atua como mediador literário entre os fatos que estão acontecendo e a psicologia coletiva. É por isso que muitos cronistas (Drummond em especial) buscam inspiração no próprio jornal. Realizam uma tradução livre da realidade principal, acrescentando ironia e humor à chatice do cotidiano, à dureza do dia-a-dia.

No primeiro excerto, Cony faz um paralelo pertinente, porém inesperado, entre a moderna indústria naval e a arca de Noé, além de abrir parênteses ao próprio pensamento, revelando ao leitor não saber quanto equivale a medida de um côvado. A improvável admissão de um não-saber traz irreverência ao texto, porque tal ação é pouco comum em materiais jornalísticos. No outro fragmento, apropria-se de um tipo vivo – no caso, Gilmar Mendes – para simbolizar a burocracia, os trâmites da Justiça, ainda que qualquer outro ministro também conhecido pelo leitor pudesse ser utilizado para o mesmo fim. Mais adiante, atrela o início do preconceito à destruição das duas cidades bíblicas tomadas pelo pecado e por relações homossexuais. Incomum tal relação que, aos olhos de religiosos mais conservadores, pode ser ofensiva, e lembrar que um evento tão usual nos dias de hoje, a Parada Gay, não existia àquela época para reivindicar direitos iguais, e não repressão. “Em todos esses casos, segundo Kant, cria-se uma tensão que se desfaz no final com uma tirada surpreendente” (Geier, 2011: 136). Se no primeiro caso, Cony faz graça sem vínculo informativo, notamos que as outras duas passagens atrelam informação e humor.

Sobre as colunas, formato que cede espaço ao texto de Carlos Heitor Cony, Marques de Melo (2003: 140) afirma que

Trata-se, portanto, de um mosaico, estruturado por unidades curtíssimas

de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e abrangência. Na verdade, a coluna cumpre hoje uma função que foi peculiar ao jornalismo impresso antes do aparecimento do rádio e da televisão: o furo. Procura trazer fatos, ideias e julgamentos em primeira mão, antecipando-se à sua apropriação pelas outras seções, quando não funciona como fonte de informação.

Na mesma página, Angeli compõe a charge *Papéis da Ditadura*. O desenho mostra um militar rodeado por papéis, supostamente documentos, portando um livro debaixo do braço, de frente a um vaso sanitário e com a mão na descarga. O chargista ironiza a ação do militar de desaparecer com os documentos do regime militar, já que os mesmos podem revelar crimes exercidos à época e que devem vir à tona com a Comissão da Verdade.

Angeli trabalha com o inconsciente coletivo que julga ter havido muitas irregularidades entre 1964 e 1985, e o desvendamento das ilegalidades colocaria a classe militar em situação delicada.

A charge pode vir acompanhada de um diálogo e desenha uma situação polêmica. É normal o fato de acontecimentos políticos ganharem destaque e repercussão nas charges dos jornais impressos diários. É outra forma de informar e criticar com bom humor (Luiz, 2010: 73).

Ainda sobre a charge, que é um das modalidades de caricatura, vejamos o que José Marques de Melo (2003: 167) coloca, comprovando que para rir da charge e captar a informação é necessário ter tido acesso ao contexto do assunto abordado:

Crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista. Tanto pode se apresentar somente através de imagens quanto combinando imagem e texto (títulos, diálogos).

À frente, na página 10, no texto de Jânio de Freitas, que tem como título *O dinheiro do mensalão*, encontra-se no último parágrafo a utilização da ironia, uma das vertentes adquiridas pelo humor:

No escândalo da ferrovia Norte-Sul, cuja fraude de US\$ 2,4 bi foi aqui comprovada, o então presidente do Rural/Tratex disse à CPI do caso, no Senado, que eu deveria ser mandado para a Sibéria. Inquirido a respeito pela CPI, informei preferir o Taiti ou o Havaí (Freitas in *Folha de S. Paulo*, nº 30.433, 2012: 10).

No trecho em questão, Freitas opta pelo humor para desbancar o oponente que o ofendeu. Se o jornalista tivesse levado a sério a afirmação do empresário, teria estipulado níveis iguais na discussão, em um caso em que o próprio banqueiro não falava com seriedade. Ao desdenhar da sugestão de ir à Sibéria, optando por locais melhores, como Havaí e Taiti, aplicou a comédia em seu discurso. Levar a sério o que lhe foi dito seria assumir uma desvantagem na discussão. Lembrando Baudelaire (apud Geier, 2011: 150-151), “o riso vem da ideia da própria superioridade”.

Na página 16, encerrando o conteúdo de caráter opinativo do caderno de política, a *Folha* traz Elio Gaspari com um texto e algumas apreciações ante fatos da política brasileira. No artigo, não faz uso da comédia. Nas breves observações, traz o humor à tona em algumas passagens, como ao ironizar a presidente Dilma Rousseff sobre ter suposto que Lula desfilaria no carnaval deste ano após ter seu câncer diagnosticado em outubro de 2011: “(...) Em outubro passado, quando o câncer de Lula foi diagnosticado, a doutora Dilma previu que no carnaval ele desfilaria com a Gaviões da Fiel (...) (Gaspari in *Folha de S. Paulo*, nº 30.433, 2012: 16)”. Ironizou a presidente por julgar saber mais do que pode, por falar mais do que deve, quando os prazos clínicos só os médicos estão aptos a definir.

José Marques de Melo (2003: 121) aborda a questão do formato *artigo*, em sua obra *Jornalismo Opinativo*. Para o autor, este tipo de texto “trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião”.

Sobre os conteúdos com viés opinativo,

A nova sociedade civil, mais ciosa de seus direitos políticos, inclusive do direito à informação, criou demandas novas em relação à cobertura política. Passou a exigir não apenas mais e melhor informação mas também a informação complementar qualificada para

a formação de sua própria opinião, sob a forma de análise, interpretação ou opinião política autorizada (Cruvinel in Seabra; Sousa, 2006: 213).

Ainda no domingo, a *Folha* preparou um suplemento de nome *Especial Mensalão*. Não foram situados opinião e humor. Ademais, o conteúdo utilizou textos informativos, infográficos e fotos.

No jornal *Bom Dia*, além da quantidade de conteúdo político e opinativo ser menor, pela disparidade de porte entre os diários, o uso de humor se faz menos presente. Na página 2, onde se encontra a delimitação *política*, a seção *Bastidores* é do gerente de marketing e produtos, Giroto Filho. Na seção do dia 29 de julho, o autor ironiza um dos candidatos à prefeitura de Marília, denotando apoio a um dos quatro postulantes rivais.

Com o título *Medo*, o trecho segue:

Comerciantes e lixeiros da região central estão com medo do próximo resultado das pesquisas eleitorais para a Prefeitura. Nos bastidores, já se comenta que a principal novidade será o crescimento expressivo do candidato do PMDB, o Tato. Motivo do medo? Qual foi a principal estratégia eleitoral de Tato? Milhares de tablóides na região central (Giroto Filho in *Bom Dia*, nº 982, 2012: 02).

Caso fosse o candidato preferido do jornal, Giroto Filho não teria destacado o fato de Tato usar muita propaganda impressa e, como consequência, sujar as ruas, e tampouco feito humor às custas desse acontecimento. O colunista também rompeu a expectativa do leitor, à medida que o normal seria apresentar um apontamento de ordem política, que seria tomado por Tato, caso eleito, no sentido de prejudicar a classe responsável por manter a cidade limpa. Houve, neste trecho, a descarga de emoção, em que o leitor fica apreensivo, esperando pelo término do raciocínio, que surge de modo inesperado.

Desta forma, o comentário emerge como gênero definido, realizando uma apreciação valorativa de determinados fatos. A ótica utilizada não é necessariamente a da empresa. Abre-se oportunidade para que o jornalista competente possa emitir suas próprias opiniões, responsabilizando-se naturalmente por elas (Marques de Melo, 2003: 113).

Na parte reservada à opinião, página 4, encontram-se o editorial, voz do cidadão, charge e formador de opinião (coluna). Embora a charge se caracterize pela imposição do humor, ela não trabalhou sobre um assunto político (caso único entre as 13 charges observadas nos dois diários), assim como os demais formatos, que abordaram saúde, mídia e sociedade. Nesses últimos, não houve uso da comédia.

Temos como meta analisar a política, já que esta mantém complexidade constitutiva, propiciando também a existência de uma imprensa igualmente repleta de meandros. Dizemos que a política não é limitada, pois ela “diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes. Os homens se organizam praticamente segundo certos atributos comuns essenciais existentes em, ou abstraídos de, um absoluto caos de diferenças” (Arendt, 2008: 145).

## 1.2 30 de julho de 2012 (Segunda-feira)

Na edição 30.434 da *Folha de S. Paulo*, a página 2 traz uma dupla de editoriais, um sobre política e outro que aborda o tema *segurança pública*. Em ambos não se flagram investidas do humorismo, fato que será corriqueiro ao restante da semana, no formato em questão.

Nas colunas, Vinicius Mota não imprime comédia em seu texto *Embates de montão*, sobre o *mensalão*. Também sobre o caso de corrupção a ser julgado a partir de 2 de agosto, quinta-feira da semana estudada, Melchiades Filho escreve artigo com o título *Lula, Dirceu e a ‘farsa’* sem usar a irreverência. Na sequência, o texto de Ruy Castro é menos pragmático, com linguagem mais solta, porém não aborda assunto político.

Falando da importância dos materiais opinativos, Tereza Cruvinel (in Seabra; Sousa, 2006: 219) afirma que

É a imprensa livre que produz, enfim, a mediação entre o poder político e os cidadãos, fornecendo a estes últimos a informação, acompanhada de análise ou de opinião autorizada, que lhes dará elementos para a formação de sua própria opinião, e no conjunto, para a formação da chamada opinião pública. A partir delas, representantes e governantes serão avaliados e julgados dentro do sistema democrático.

Lidar com variáveis de tão grande impacto coletivo exige responsabilidade.

A charge de Benett anuncia o *mensalão*, que terá durante a semana o princípio do julgamento. Com o título *Esperando o mensalão*, o chargista desenha um quarto, sob luz apagada, com alguém embaixo da cama, aparentando medo. Bennett apropria-se de outra cultura corrente no meio social para fazer humor: é domínio comum a ideia de que, quando alguém teme por algo estando no quarto, o local mais seguro é debaixo da cama. A charge coloca em voga esse valor, afirmando que o julgamento causa o mesmo temor nos acusados. “A comédia pinta caracteres que já conhecemos, ou com que ainda toparemos em nosso caminho. Ela anota semelhanças. Seu objetivo é apresentar-nos tipos” (Bergson, 2007: 122).

Na página 3, na seção Tendências/Debates, há a apresentação sempre de dois textos. O primeiro deles, além de não mostrar passagens humoradas, trata de política internacional, tema que não compete a este estudo. Abaixo, Marco Antonio Villa publica uma crônica na qual não poupa zombarias ao ministro do Trabalho, Carlos Daudt Brizola (in *Folha de S. Paulo*, nº 30.434, 2012: 03).

Começa com: “Carlos Daudt Brizola, para a surpresa de muitos, é o ministro do Trabalho. Sua passagem pelo ministério – hoje sem a mínima importância, ficou seis meses sem titular e ninguém notou – é a de um adepto radical de Paul Lafargue, o autor do clássico ‘O direito à preguiça’”. Nesta passagem, o autor trata com deboche, mesmo sem mencionar, da demora da presidente em escolher um substituto ao cargo, como se o ministério do Trabalho não tivesse importância para o país. É perceptível aqui o manejo do autor com a inversão de sentidos para desempenhar o chiste, uma vez que dá relevância baixa a algo importante. Depois, agride o atual ministro, zombando do pouco dinamismo diário em suas atividades. Outro ponto a se destacar do ponto de vista da comédia, tanto no primeiro parágrafo, como no texto todo, é que Villa ironiza o ministro do Trabalho por não trabalhar muito, como fica expresso em um trecho do segundo parágrafo: “No dia posterior, mais ociosidade”.

No parágrafo seguinte, afirma: “O mais bizarro é que o ministro desapareceu um mês – um mês! Será que quis gozar das férias? Já? Só voltou no dia 14 de junho. Estava na Suíça, que ninguém é de ferro”. O autor brinca com o fato de o ministro ter ficado um mês fora, período em que normalmente os trabalhadores são contemplados com

férias. Mas a pergunta retórica, outro indício de humor, preconizado por Sócrates, prova que era cedo para que Brizola folgasse do trabalho. Ironiza também, a seguir, a ida à Suíça, como se o pouco tempo de trabalho já o deixasse cansado. Esboça-se aqui o posicionamento do autor do texto em não manter uma mínima relação amigável com o ministro, tamanha a agressividade humorística implementada na crônica. “A essas impertinências a sociedade replica com o riso, que é uma impertinência maior ainda. O riso, portanto, nada teria de benevolente. Ao contrário, pagaria o mal com o mal” (Bergson, 2007: 144).

Brincando com o fato de que é rotina ao ministro do Trabalho não trabalhar, Villa expõe: “Aí, como um homem de hábitos arraigados, tirou mais quatro dias de descanso”. Fica perceptível a brincadeira com ideias opostas: quando menciona a expressão “hábitos arraigados”, tem-se a impressão de alguém cumpridor de tarefas, mas surpreende-se o leitor com o oposto a isso, a falta de concluir os compromissos.

Quando o político comparece ao local de trabalho mais tempo do que o usual, Villa aproveita para inserir humor: “Ressurgiu dia 27. E aí, workaholic, trabalhou três horas pela manhã, duas e meia à tarde”. Quem trabalha cinco horas e meia ao longo do dia não é um viciado em trabalho (workaholic), qualidade de quem trabalha além do normal durante o dia e em todos os dias da semana, vivendo em função do trabalho. O autor contrapõe a acepção do termo e, por isso, rompe a expectativa de quem lê, provocando o riso.

O sétimo parágrafo é o trecho que contém mais aparições satíricas. A sátira tem por função ser mais ácida que a ironia. Aquela deixa claro que quem fala não quer nenhuma afinidade com a pessoa de quem se fala. Acompanhemos e excerto:

Em julho, Daudt Brizola só começou a trabalhar na terça-feira: ele não gosta das segundas-feiras. Mas nada muito estafante: 90 minutos pela manhã, começando às 10h. À tarde, a mesma jornada, a partir das 16h. Na quarta, cinco horas. Na quinta, descansou pela manhã, almoçou tranquilo e só começou seu expediente às 14h30. Foi embora três horas depois. Na sexta, só compareceu ao ministério à tarde, por 60 minutos. Às 15h, estava liberado. Afinal, tem happy hour”.

O humor agressivo do autor denota a sua insa-

tisfação com o fato do ministro do Trabalho não cumprir a rotina diária como qualquer trabalhador, desfrutando de regalias. Usa os valores coletivos da sociedade, como tempo de férias, jornada de trabalho de oito horas, iniciando às 8 horas da manhã com término às 18 horas, com duas horas de almoço na metade do período. Brinca também com a ideia da diversão ao final do dia que, para o ministro, chega mais cedo, se comparado à maioria da classe trabalhista. As piadas são a forma encontrada pelo autor para desnudar o político, tornando-o objeto de chacota e discordância por parte do público.

De um lado, ele [Kant] sabia rir das muitas tolices da espécie humana. Principalmente em suas primeiras obras, recomendava o riso como um ato da razão em relação a pessoas que se escondem atrás de máscaras artificiais e de maneiras solenes, tornando-as ridículas (Geier, 2011: 148).

Outros dois trechos esboçam a mesma iniciativa de Villa: “Na segunda semana de julho, como um Stakhanov, resolveu ser um herói do trabalho. Registrou atividades de segunda à sexta. Claro que com espírito macunaímico: em dois dias só teve um compromisso” e “No dia seguinte, o ministro sumiu. Só voltou seis dias depois, e somente à tarde. E voltou a se evadir do dia 25 – é devoto de São Cristóvão?”

Nas duas partes, identificam-se três termos do conhecimento popular para zombar do ministro. Lembrando que, para que haja o riso, é necessário ao leitor ter conhecimento das analogias. A primeira é referente a Stakhamov. A contradição de sentidos que origina o riso está no fato do mineiro ucraniano ter conseguido superar a sua meta de extração de carvão em um único dia. Quem não souber que Stakhamov é o contraponto de Brizola, passa pela piada sem entendê-la. Com o termo “macunaímico” ocorre o mesmo: Macunaíma, personagem de Mário de Andrade que dá nome a uma das suas obras principais, tem como característica o marasmo, a preguiça, a passividade e, por isso, é classificado como anti-herói. A piada por parte de Villa está em traçar uma coincidência entre o índio e o ministro do Trabalho. Depois, ao mencionar o dia santo, justificou, de forma irônica, a sua ausência, resultando comédia no fato de 25 de julho não ser feriado.

A crônica, além de ser um formato opinativo, tem como característica a subjetividade, já que a

percepção aqui não mira somente o factual. “Análise e interpretação são, portanto, uma das faces do ato de informar, sujeitas inclusive a maior rigor ético porque envolvem a subjetividade do jornalista em sua avaliação e na seleção dos aspectos a destacar” (Cruvinel in Seabra; Sousa, 2006: 228)

Sobre o jornal *Bom Dia*, não há apreciações deste diário, pois o mesmo não circula às segundas-feiras.

### 1.3 31 de julho de 2012 (Terça-feira)

Neste dia, na página 2, relativa à opinião da *Folha*, não há aparições de humor nos dois editoriais, além de ambos não falarem de política, assim como a coluna de Vladimir Satafle. No conjunto de três textos, marca desta página do diário, detecta-se pouco uso da comédia. O artigo de Vera Magalhães, que carrega o título “*The Supremes*” trata do julgamento do mensalão que começaria dois dias depois, mas sem implementação de recursos do humorismo, assim como no texto de Carlos Heitor Cony, *Tudo se repete*, que, além de não fazer piada, mescla a política interna com a estrangeira, em perspectiva histórica.

Na página 2, a única a trabalhar com o riso é Eliane Catanhêde, em *Sorrisos amarelos*. Ao falar da política brasileira em contato com os países do Mercosul, em específico à entrada da Venezuela no bloco em meio ao período de preocupações ao PT, a jornalista ironiza: “(...) Aliás, como seria mensalão em espanhol? El Mensalón? Chávez vai dizer que el mensalón nunca existiu?” (Catanhêde in Folha de S. Paulo, nº 30.435, 2012: 02). Neste caso, Eliane Catanhêde questiona a relação do Brasil com o vizinho latino-americano, comumente tratado com rigor pela imprensa devido à forma como seu presidente governa o país.

Um pouco mais à frente, mais um trecho com humor: “(...) sobre a foto de Lula com candidatos, das gentilezas de Dilma com Chávez, das pedaladas de Haddad, às voltas com ‘um choppes e dois pastel’ num bairro onde ele nunca pisara antes” (Catanhêde in Folha de S. Paulo, nº 30.435, 2012: 02). Nesse ponto, a jornalista ironiza o fato do candidato à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, frequentar lugares mais populares, algo que possivelmente não faria sem intuítos políticos. A piada usada por Catanhêde, a partir da expressão coloquial sem concordância, explicita essa prática comum em época de eleição.

Considerando essa e outras intervenções jornalísticas e o comprometimento do profissional da informação com o seu público,

não que a informação política seja em si mais relevante que qualquer outra. O dever de bem informar vale tanto para o tempo e a temperatura como para a programação de cinema, a taxa de inflação ou a conduta de um partido ou parlamentar em uma votação no Parlamento. Mas existem circunstâncias que colocam o jornalismo político, e sobretudo aquele que envolve julgamentos subjetivos, sujeito a maior rigor ético e exigência de credibilidade (Cruvinel in Seabra; Sousa, 2006: 219).

No espaço restrito à charge, Angeli (in Folha de S. Paulo, nº 30.435, 2012: 02) traz à discussão novamente o *mensalão*. Desenha três pessoas, réus no caso, sendo que cada um procura uma justificativa para o erro cometido: “Eu vou alegar inocência”, diz um deles. “Eu direi que fui usado”, afirma o segundo. “E eu, abduzido”, defende-se o terceiro.

A crítica humorada de Angeli encontra-se em dois pontos: primeiro, na charge de um modo geral. Suas falas expressam a tentativa constante na política brasileira de nunca se admitir o erro, sempre a buscar desculpas, sendo a mais simbólica delas a terceira, que fala em abdução. Levando-se em conta que nenhum réu usaria isso como álibi, o chargista traz o exagero, típico da caricatura, para ridicularizar as tentativas do político de sempre querer contornar uma situação difícil de se reverter.

Entende-se agora a comicidade da caricatura. Por mais regular que seja uma fisionomia, por mais harmoniosas que suponhamos ser suas linhas, por mais graciosos os movimentos, seu equilíbrio nunca é absolutamente perfeito. Nela sempre se discernirá o indício de um vezo que se anuncia, um esboço de um esgar possível, enfim uma deformação preferida na qual se contorceria a natureza. A arte do caricaturista é captar esse movimento às vezes imperceptível e, ampliando-o, torná-lo visível para todos os olhos. Fez caretear suas modelos como eles mesmos o fariam se chegassem até o extremo de seu esgar. Adivinha, por trás das harmonias superficiais da forma, as revoltas profundas da maté-



ria. Realiza desproporções e deformações que deveriam existir na natureza em estado de veleidade, mas que não puderam concretizar-se, porque reprimidas por uma força melhor. Sua arte, que tem algo de diabólico, reergue o demônio que o anjo subjugará. Sem dúvida é uma arte que exagera, mas define-a muito mal quem lhe atribui o exagero por objetivo, pois há caricaturas mais parecidas com o modelo do que o são os retratos, caricaturas nas quais o exagero mal é perceptível (Bergson, 2007: 20).

Já o jornal *Bom Dia*, como mencionado, por possuir tamanho menor, seções mais curtas e textos pequenos, encontra-se escassa a utilização do humor. Ao longo da edição 983, publicada na terça-feira, dia 31 de julho, só a charge de Pelicano (in *Bom Dia*, nº 983, 2012: 04), na seção *nossa opinião*, página 4, trabalha na vertente do humor. Sob o título *PT prepara vídeo para se desvincular do mensalão*, expressão proposital em virtude de período eleitoral, o chargista desenha uma estrela, símbolo do PT, que aparentemente está caindo, pois possui uma calda. Na parte de traz da estrela cadente se vê a palavra *mensalão*. Sobre a estrela, em um balão indicando pensamento, os dizeres: “Essa cauda não me pertence”.

Ou seja, o desenhista brincou com alguns símbolos que são de compreensão do público. A estrela, símbolo do partido envolvido em suposto esquema de corrupção, na condição de decadente por causa dos crimes que possivelmente tenha cometido, e com o intuito de se livrar do estigma, muito em função do período eleitoral. Não há humor ácido, mas quem não estiver atento à simbologia petista e ao julgamento do STF não rirá da brincadeira proposta por Pelicano.

Todavia a charge seja recorrente em jornais de grande ou pequena circulação, a história da política mostra que ela não seria viável em todos os momentos. Atualmente, não são raras as vezes em que os desenhos caçoam do partido que governa a cidade, estado ou país. Durante a semana estudada, vimos que o PT foi o principal alvo dos chargistas, seja no jornal da capital, seja no diário do interior. Sigamos a visão de Hobbes (2004: 248) sobre isso:

[...] O povo deve ser informado de como é falta grave falar mal do soberano representante – um homem ou

uma assembléia – ou questionar e discutir seu poder. No mesmo sentido, de qualquer modo usar seu nome de maneira irreverente, pelo que ele pode ser levado a desprezar seu povo e – na qual reside a segurança do Estado – pode ser enfraquecida a obediência deste.

Essa mentalidade era recorrente porque uma máxima da política, persistente até hoje, era seguida mais à risca.

[...] Antes de tudo, ela concede o sentimento de poder. A possibilidade de influir sobre outros seres humanos, o sentimento de participar do poder e, acima de tudo, a consciência de figurar entre os que detêm nas mãos um elemento importante da história que se constrói podem elevar o político profissional, mesmo aquele que ocupa modesta posição, acima da banalidade da vida cotidiana (Weber, 2006:107).

Com a imprensa livre que se tem hoje a partir da democracia, o jornalismo dispõe de várias formas para levar informação ao público, sendo o humor um dos recursos utilizados.

#### 1.4 01 de agosto de 2012 (Quarta-feira)

Na edição 30.436, em sua página 2, destinada à opinião, a *Folha* traz dois editoriais, sendo que ambos não falam sobre política e nem expõem humor. No conjunto de três colunas, a primeira delas é de Marcos Augusto Gonçalves, com o título *Samba da cotista doida*. Embora faça uso da comédia no último parágrafo de seu texto, não nos cabe análise, pois o conteúdo é referente à educação, à política de cotas adotada pelo governo Dilma.

Na sequência, Fernando Rodrigues escreve *Anomalias eleitorais*. Como o nome sugere, o assunto é eleição, mas a característica desse profissional é mantida: sem recurso humorístico ao texto. Quem faz isso é, mais uma vez, Ruy Castro, em sua crônica *Piada de salão*. A intervenção risível é encontrada em: “(...) para contar piada envolvendo formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva (epa!), peculato, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta de instituições financeiras” (Castro in *Folha de S. Paulo*, nº 30.436, 2012: 02).

Percebe-se a brincadeira na passagem em que o autor utiliza uma exclamação de conhecimento popular (epa!), em meio a termos que remetem a questões homossexuais. A palavra que indica atenção, alerta, cuidado, vem logo a seguir aos termos *ativa* e *passiva*, conhecidos por definirem o papel dos parceiros na relação gay. O jornalista brinca com o termo, deixando claro que repreende essa situação para si.

Ainda na segunda página, temos a charge do jornal, novamente sobre o *mensalão*, de João Galvão (in Folha de S. Paulo, nº 30.436, 2012: 02). Com o título *Mensaleiro*, o chargista traz dois quadrinhos, com dois personagens em um quarto: um deitado, supostamente o chefe da casa, e o outro em pé, fazendo papel de empregado. No primeiro deles há uma fala por parte do patrão: “Não consigo dormir! Preciso tomar algo!”. No quadro seguinte, o mordomo oferece dinheiro, o que agrada o, antes, adoentado.

Temos no primeiro quadro a tensão do chefe, motivada pela preocupação com o julgamento que se avizinha, fazendo com que o leitor deduza que ele é um dos *mensaleiros*. Eis aí a primeira brincadeira de Jean Galvão, expondo ao público a fragilidade do corrupto. “Em geral, o riso é a súbita sensação da própria superioridade diante da fraqueza dos outros” (Hobbes apud Geier, 2011: 126). Depois, o chargista zomba pelo político aceitar como cura o dinheiro, fazendo alusão à mesma iniciativa que o norteou na compra e venda de voto no congresso. Outro ponto a se destacar: a espera do leitor é frustrada no segundo quadro, quando o normal seria oferecer medicamento a quem está preocupado e não consegue dormir, ao invés de propina. Esse rompimento da normalidade provoca o riso e concede acabamento adicional à informação.

Já na edição 984 do *Bom Dia*, novamente há chiste na seção *Bastidores* e na charge, situada em *nossa opinião*. Na primeira, das comumente quatro intervenções de Giroto Filho, titular da seção, duas delas contêm humor. Porém, considerando que essas investidas não partiram do jornal ou do profissional, e sim consiste em reprodução de depoimentos de entrevistados, este estudo entende que a análise é dispensável, por se resguardar ao que o diário produz de humor.

Um risco a que as seções opinativas estão submetidas é o caráter tendencioso, a opção política por um partido, político ou candidato. Mesmo sendo inevitável externar posicionamentos em âmbito de opinião, é necessário atentar à manutenção da credibilidade, para não ser visto como um meio de comunicação partidário.

Uma boa análise política deve ser antes de tudo compreensível. Além disso, deve buscar a verdade dos fatos como base da avaliação e identificar o mais objetivamente possível as variáveis envolvidas. Fora destes parâmetros de honestidade profissional, qualquer fato político pode se prestar às mais diversas interpretações. Poderá resvalar do jornalismo para o doutrinário (Cruvinel in Seabra; Sousa, 2006: 228).

Na página 4, seção *nossa opinião*, o diário traz o editorial sobre saúde, sem aparição de graça, a coluna de Ana Paula de Oliveira no *Formador de opinião* sobre TV e religião, além da charge de Pelicano (in Bom Dia, nº 984, 2012: 04), único conteúdo opinativo a apresentar comédia. No desenho, com o título *Dilma em Londres*, não há falas. Dilma está ao lado de um guardião real, com veste típica na cor vermelha e acessório comprido na cabeça (preto). A piada se encontra no penteado da presidente, que imita o “chapéu” do militar, como símbolo da sua adaptação, o “entrar no clima”, ao local em que acontecem os Jogos Olímpicos. O desenho se incumbe de noticiar, sem uso da crítica, a presença de Dilma na cidade que sedia as Olimpíadas.

## 1.5 02 de agosto de 2012 (Quinta-feira)

Na edição 30.437 da *Folha*, na página destinada à opinião, os dois editoriais não discutem política e, tampouco, apresentam uso do humor. Na sequência de três colunas, todos falam de política, mais especificamente do *mensalão*, lembrando que aquela data marcava o início do julgamento no STF, e o jornal deu enfoque privilegiado ao assunto.

Os três textos publicados (o de Eliane Catanhêde, com *O cara*; o de Paula Cesarino Costa, no artigo *Imagens e palavras*; e Bernardo Mello Franco, em “*Sai daí rápido, Zé!*”) não fazem piada com o evento, algo inédito até então, já que a página dois sempre apresentou humor em conteúdo escrito, nas análises anteriores.

Como é próprio do formato, a charge trouxe humor ao leitor. Pelo quarto dia seguido, fez alusão ao *mensalão*. Angeli, em *Mar de lama*, desenhou cinco pessoas se banhando na praia, com um diálogo entre dois deles. Um pergunta: “Será óleo?”. O outro responde: “Fedido assim, só pode

ser o *mensalão*” (Angeli in *Folha de S. Paulo*, nº 30.437, 2012: 02).

Angeli traz à tona a ideia de que quem está com problema grave, em situação delicada, encontra-se atolado na lama, como diz o jargão popular. Além disso, o chargista faz menção sugestiva a fezes. Outra expressão comum é se referir ao mau cheiro quando algo sai ou pode sair errado. O desenhista, neste caso, detecta uma falha, e o humor tem a função de tornar o erro visível, coincidindo com o papel do jornalismo. Para isso, a habilidade do autor se faz necessária.

A ironia exige, além de uma larga experiência de vida e um grau de sabedoria mundana, uma habilidade, aliada a engenho, que implica ver semelhanças em coisas diferentes, distinguir entre coisas que parecem as mesmas, eliminar irrelevantias, ver a madeira a despeito das árvores e estar atento a conotações e ecos verbais (Muecke, 1995, p.61).

Partindo para a edição 985 do diário *Bom Dia*, encontramos pouca incidência de humor. Na página 2, o espaço normalmente destinado à política foi dividido entre esta e economia. Resultado: pouca abordagem política e nada de humor.

A comédia ficou concentrada na página 4, seção *nossa opinião*. Embora o editorial não seja risível tendo como pauta o julgamento do *mensalão*, temos na coluna *formador de opinião* a inserção de piadas no texto *Novos shows na TV!*, de Tony Bernstein (in *Bom Dia*, nº 985, 2012: 04).

No primeiro parágrafo do texto, a autora expõe o seu descontentamento com o período de propaganda eleitoral, transformando os programas políticos dos candidatos em conteúdo diversional: “Daqui a pouco, vai começar uma nova temporada do ‘BBB político. Que bom, vamos ter mais uma opção de entretenimento na TV”. O humor mais ácido é uma forma de criticar o que se julga errado, inserindo questionamento à prática da TV. Ao compor um paralelo entre propaganda eleitoral e BBB, estabelece-se a similaridade entre ambos com base na futilidade, escancarando o desserviço do BBB, assim como do horário político obrigatório.

Mais à frente, Bernstein volta a comparar a propaganda ao Big Brother Brasil, no intuito de desmerecer a primeira, apoiando-se na ironia para demonstrar insatisfação com essa tendência: “Já que a coisa está assim, resta-nos assistir e votar, a

cada etapa dos programas, em quem ‘vai pro paredão’ e quem fica no final para levar o grande prêmio nas urnas”.

Para finalizar o texto, a autora ironiza o julgamento do *mensalão*: “Talvez não dê para assistir com toda sua família, acho que haverá algumas cenas impróprias para menores de 12 anos”. Bernstein sugere que os crimes são tão graves, que as acusações podem agredir moralmente alguém mais novo. Para isso, ela faz uso da faixa etária imposta pelo governo aos canais de TV, para que os pais poupem as crianças de cenas e diálogos adultos. Com isso, temos o maior uso de humor em um único texto do jornal *Bom Dia*, considerando o período de análise deste estudo.

A autora busca utilizar o inconsciente coletivo, que é de reprova ao esquema de corrupção, para repreender de forma humorada o que foi feito até 2005 pelo PT junto aos partidos da base aliada. A reprovação tem o objetivo de corrigir a falha.

A sociedade propriamente dita não procede de outra maneira. É preciso que cada um de seus membros fique atento para o que o cerca, que se modele de acordo com o ambiente, que evite enfim fechar-se em seu caráter assim como numa torre de marfim. Por isso, ela faz pairar sobre cada um, senão a ameaça de correção, pelo menos a perspectiva de uma humilhação que, mesmo sendo leve, não deixa de ser temida. Essa deve ser a função do riso. Sempre um pouco humilhante para quem é seu objeto, o riso é de fato uma espécie de trote social (Bergson, 2007: 101).

Ainda na página 4, a charge de Pelicano (in *Bom Dia*, nº 985, 2012: 04) trata do *mensalão*. Com o título *Zé Dirceu e o sonho olímpico*, aproveitando a mescla com outro evento muito difundido durante a semana, o chargista insere o ex-ministro, acusado pela Procuradoria de ser o chefe do esquema de corrupção, disputando uma modalidade olímpica: o salto em distância. No desenho, Dirceu salta sobre a palavra “mensalão”.

Pelicano brinca com a tentativa do político de sair imune do julgamento, passando pelo crivo dos ministros sem ser condenado. Outro resquício para que o humor tenha eficiência é unir duas situações, em larga discussão na sociedade, mas que aparentemente não possuem relação: o julgamento e as Olimpíadas. Ao unir temas distintos, sem vínculo aparente, o chargista dá sentido à história. De

acordo com Freud (1996: 19), o chiste é “a habilidade de encontrar similaridades entre coisas dessemelhantes, isto é, descobrir similaridades escondidas”.

### 1.6 03 de agosto de 2012 (Sexta-feira)

Na *Folha* de número 30.438 não há aparição de humor nos editoriais e em duas das três colunas. Além de não propor chiste ao texto, Marcos Augusto Gonçalves, em *Viciados e consumidores*, expõe ideias sobre drogas, e não política. Depois, Eliane Catanhêde, em *Quadrilhas e coautores*, fala sobre o julgamento no STF, mas abre mão de utilizar a comédia. Esta, por sua vez, é usufruída por Ruy Castro, em *Por aí com Gore Vidal*.

É fato que esta pesquisa se incumba de analisar o humor no conteúdo político da *Folha* e do *Bom Dia*, considerando o enfoque nacional. Mas a sacada de Castro é interessante, e vale uma exceção por parte deste estudo com relação à abordagem do autor frente a um acontecimento da política dos Estados Unidos.

No segundo parágrafo, Castro escreve, referindo-se à fala de Vidal, intelectual norte-americano morto recentemente: “(...) Ao ser apresentado a alguém, perguntava: ‘Sabia que a biblioteca do [presidente] Reagan acaba de pegar fogo? Ambos os livros foram destruídos!’ (...) ‘E, um deles, Reagan ainda nem tinha acabado de colorir’” (Vidal apud Castro in *Folha* de S. Paulo, nº 30.438, 2012: 02).

A crítica, acompanhada de humor áspero, é direcionada ao fato de o ex-presidente dos Estados Unidos não possuir o hábito da leitura. Vidal, um estudioso assíduo, desprezava a negligência aos livros. O sentimento de desprezo costuma buscar no humor uma maneira mais contundente de arrebatar a crítica, e mostrar ao alvo a posição do emissor quanto à falha questionada. O descontentamento de Vidal com a pouca leitura de alguém que já foi presidente fica evidenciado na brincadeira em afirmar que Reagan possuía só dois livros. Além disso, há menção da sua ignorância, ao dizer que o político não lia, e sim pintava, atividade comum às crianças. Vidal diminui Reagan, configurando-se em uma sátira.

Novamente, a charge publicada nesta edição do diário discute política. O desenho de Jean Galvão (in *Folha* de S. Paulo, nº 30.438, 2012: 02) mostra um televisor quebrado e o diálogo entre o dono do aparelho e o técnico. Este pergunta: “A que você andou assistindo?”. Resposta: “*Mensalão* e debate de candidatos”. Fazendo alusão às

brigas e ao clima (quente) de discussão, ou a possibilidade desses programas representarem viés nocivo ao telespectador a ponto de danificar a TV, o chargista critica os direcionamentos que os eventos adquirem.

No jornal *Bom Dia*, edição 986, a solitária investida de humor do diário é vista na charge de Pelicano (in *Bom Dia*, nº 986, 2012: 04), na seção *nossa opinião*. O desenho sai do foco do *mensalão* para ironizar outro acontecimento político que detém repercussão: a CPI do Cachoeira. Com o título *Depoimento Cachoeira*, o chargista faz humor sem escrever palavra alguma. O contraventor aparece sentado, na condição de depoente, e posiciona as mãos fazendo um coração, indicando, ao mesmo tempo, silêncio.

São duas as brincadeiras de Pelicano com o fato: Primeiro, Cachoeira, de forma recorrente, negou-se a falar com parlamentares, preservando o seu direito de permanecer calado. Segundo, há menção subliminar à sua esposa, Andressa Mendonça, que tem como característica marcante e divulgada a sua beleza. O chiste de Pelicano toca em uma relação que não existe, mas que faria sentido, de acordo com os jargões populares: Cachoeira não fala, fica mudo, por causa do amor que sente pela bela esposa. De tão apaixonado, fica sem palavras, logo em um momento que deveria pronunciar-se.

Se as charges, ao longo dos 13 jornais analisados, ilustraram acontecimentos políticos, com maior destaque ao julgamento do *mensalão*, corrente na semana em questão, é devido à política ser

Necessária à vida humana, não apenas da sociedade, como do indivíduo também. Como o homem não é auto-suficiente, mas é dependente de outros para sua existência, são necessários provimentos que afetam a vida de todos e sem os quais a vida comum seria impossível. A tarefa, a finalidade última, da política é salvaguardar a vida em seu sentido mais amplo (Arendt, 2008: 169).

A importância da política já frisada por nós é comprovada pela incidência do assunto no jornalismo. Além de estar situada em posição de destaque nos jornais (primeiro caderno ou seção inicial), é opção preferencial de alguns formatos opinativos, como a crônica, a charge e a coluna, incutindo-lhe humor.

## 1.7 04 de agosto de 2012 (Sábado)

Na última edição da *Folha* analisada, vemos que na seção *opinião*, página 2, só há humor na charge. De novo explorando o *mensalão*, o chargista usa uma resposta de Lula, publicada na quinta-feira, sobre a sua expectativa em relação ao julgamento, que tem como foco o seu partido. Ao dizer que “tem mais o que fazer”, desdenhando da ocorrência histórica, João M. brinca em *Lula tem mais o que fazer*. Um casal está sentado no sofá, possivelmente vendo TV, quando a esposa pergunta, em relação à afirmação do ex-presidente: “Mais o quê, amor?”. O marido responde: “Desde 2005, tento descobrir” (João M. in *Folha de S. Paulo*, nº 30.439, 2012: 02).

O humor detecta-se na negligência de Lula em não ter agido com mais incidência desde o ocorrido, em 2005, como se desde àquela época tivesse “mais o que fazer”. Se no início o então presidente se disse enganado, depois negou a existência do *mensalão*, afirmando ser questão de “Caixa 2” de campanha política, prática comum a todos os partidos e passível de punição apenas eleitoral, e não penal. Quem não estiver a par de todo o contexto, tanto a crítica irreverente do chargista quanto à postura passiva de Lula tornam-se sem graça e incompreensíveis.

A última intervenção de humor nesta edição da *Folha* é situada na coluna de Marcelo Coelho, página 6, sob o texto *Só acredita quem não quer*. Nele, Coelho lança mão do risível em um momento, mas sem fundo crítico, embora se trate de um texto sobre política, ao se referir ao Procurador Geral da República, Roberto Gurgel: “(...) De tão redondo, seu rosto de ursinho parece não ter perfil. Nada, nem o nariz, aponta para alguém”. Nota-se a não existência de vínculo entre piada e fato político, só se reservando a fazer graça de uma característica física.

Assim como na *Folha*, a aparição de humor na edição (nº 987) do *Bom Dia* é escassa. O único flagrante é na charge de Pelicano. Com o título *Mulher de Cachoeira na PF*, o chargista tira sarro da esposa do contraventor. Apegoada e bem vestida, ela aparece no desenho sendo algemada e ganhando as desculpas do policial: “Desculpe, mas ainda não temos algemas ‘Armani’, nem ‘Vuitton’!” (Pelicano in *Bom Dia*, nº 987, 2012: 04).

Ao manter oposição em relação a Andressa Mendonça, por ser mulher de um criminoso, o desenhista caçoa da mulher, por ter de se submeter a uma condição aquém do seu nível sócio-econômico. Diante de rivalidades, o hu-

mor é usado como forma de superar o outro, desmerecendo-o.

Desde a Grécia, já havia esse sentido ao riso. Como afirma Bremmer (in Bremmer; Roodenburg, 2000: 30), “o humor podia ser perigoso, e seu lugar na cultura tinha de ser limitado a ocasiões estritamente definidas. Os gregos sabiam muito bem que o riso podia conter um lado muito desagradável”.

## Últimas considerações

Com o estudo de caso dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Bom Dia* (Marília), sobre a convergência entre humor e jornalismo político, notamos algumas tendências próprias a cada diário.

Na *Folha*, notou-se que o tom sério foi mantido na maior parte do conteúdo voltado à opinião. Com exceção do primeiro dia, todos os editoriais a seguir não expuseram humor, provavelmente por uma característica própria do formato, esclarecedor da opinião do jornal sobre um fato atual. Nem todos se restringiram a falar de política.

O contraponto disso foram as charges. As sete abordaram o tema política, sendo seis sobre o *mensalão* e uma (a primeira) sobre os documentos da ditadura. Os chargistas, que se alternaram ao longo da semana, buscaram abordar o assunto mais em voga, o julgamento no STF. Única constante humorística do jornal, a charge trabalha com tipos existentes na sociedade e tenta atrelá-los a alguma situação improvável, mas que faça sentido, despertando o riso.

Outro momento de menção humorística foi detectado nas colunas. Embora a maioria delas tenha mantido o discurso mais direto e formal, Marcelo Coelho, Eliane Catanhêde, Ruy Castro e Carlos Heitor Cony fizeram uso do recurso, provando que a crônica é o formato jornalístico, ao lado da charge, mais apto a receber o auxílio do chiste. A outra coluna da página 2 não apresentou piada em qualquer um dos sete dias.

A seção *Tendências/Debates*, situada na página 3 e também marcada pela opinião, teve em Marco Antonio Villa o único autor a explorar o humor em seu texto sobre o ministro do Trabalho e a negligência com que o mesmo tratou o cargo no mês de junho.

Já no *Bom Dia*, devido ao tamanho diminuto se comparado à *Folha*, há pouco conteúdo destinado à política e reserva-se uma parcela ao humor. Nesse sentido, a charge foi, igualmente, destaque no jornal interiorano, também trazendo o assunto do *mensalão* (em duas edições), a CPI do Ca-

choeira (em duas edições), a presidente Dilma em Londres (uma edição), sem privilegiar questões da cidade onde circula. Em ano eleitoral e às vésperas do pleito, o diário detinha possibilidades de fazer jus ao seu caráter local. Em nenhuma oportunidade discutiu a realidade mariliense em suas charges, todas de Pelicano.

No âmbito textual, pouca incidência de comédia. A seção *nossa opinião* reservou no texto de Tony Bernstein a ocasião de maior uso do humor, embora também sem abordar acontecimentos locais. As demais colunas e os editoriais mantiveram o tom pragmático, não se restringindo ao tema política.

Outra seção que trouxe um pouco do humorismo ao jornal foi *Bastidores*. Nela, Giroto Filho traz comentários sobre a conjuntura política atual da cidade de Marília. Além de contar com frases curiosas ditas por terceiros, o autor imprime, em menor escala, algumas passagens irreverentes.

Apesar de humor e jornalismo deterem função social, a dificuldade de se atrelar ambos, com o intuito de informar, é mostrada pela pouca, embora constante, existência dessa convergência nos materiais estudados. Mesmo em conteúdo opinativo, foco desta pesquisa, com liberdade maior para fugir do discurso direto, situa-se pouca comédia. A partir do diálogo que este artigo fez com os autores, foi possível notar que o humor trabalha com tipos existentes, de conhecimento geral, e em afinidade com o jornalismo pode auxiliar a informação, dando tom irreverente à crítica.

## Referências

- Arendt, H. (2008). *A promessa da política*. (Trad.: P. Jorgensen Jr). Rio de Janeiro: Difel.
- Aristóteles (2007). *Política*. (Trad.: T. Guimarães). São Paulo: Martin Claret.
- Bergson, H. (2007). *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. (Trad.: I. C. Benedetti), 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Bobbio, N. (2000). *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. (Trad.: D. B. Versiani). São Paulo: Campus.
- Bom Dia. Marília-SP. Ed: 982 a 987. Seções: política e opinião. 29 de julho a 4 de agosto de 2012.
- Bremmer, J. (2000). Piadas, comediógrafos e livros de piadas na cultura grega antiga. In J. Bremmer & H. Roodenburg (orgs.), *Uma história cultural do humor* (pp. 27-50). (Trad.: C. Azevedo e P. Soares). Rio de Janeiro: Record.
- Cruvinel, T. (2006). Colunismo: análise, opinião e ética. In R. Seabra & V. de Sousa (orgs.), *Jornalismo político: teoria, história e técnicas* (pp. 211-233). Rio de Janeiro: Record.
- Folha de S. Paulo. São Paulo. Ed: 30.433 a 30.439. Caderno A. 29 de julho a 4 de agosto de 2012.
- Freud, S. (1996). *Os chistes e a sua relação com o inconsciente*. (Trad.: J. Strachey). Rio de Janeiro: Imago.
- Geier, M. (2001). *Do que riem as pessoas inteligentes?: uma pequena filosofia do humor*. (Trad.: A. Delmonte e K. Michahelles). São Paulo: Record.
- Hobbes, T. (2004). *Leviatã*. (Trad.: A. Marins). São Paulo: Martin Claret.
- Jolles, A. (1976). *Forma simples*. São Paulo: Cultrix.
- Luiz, T. C. (2010). *Humor e jornalismo no CQC: estudo de caso do quadro Proteste já*. Dissertação de Mestrado. Marília-SP: Unimar.
- Marques de Melo, J. (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Mantiqueira.
- Martins, F. (2005). *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto.
- Motta, L. G. (org.) (2002). *Imprensa e poder*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Muecke, D. C. (1995). *A ironia e o irônico*. (Trad.: G. G. de Souza). São Paulo: Perspectiva.
- Weber, M. (2006). *Ciência e poder: duas vocações*. (Trad.: J. Melville). São Paulo: Martin Claret.